



CONCURSO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS PARA PROFESSOR I – ESPECIALISTA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL ARAÇATUBA – FAC-FEA

Curso: Direito – Área: Direito Processual Penal

PROVA OBJETIVA – 14 /06/2024 – 14h

ORIENTAÇÕES PARA A PROVA:

1. Verifique se este caderno de provas contém 50 (cinquenta) questões objetivas;
2. As questões objetivas têm 04 (quatro) opções de resposta (A, B, C e D) e somente uma delas está correta.
3. Verifique se o caderno de prova está completo, sem repetições de questões ou falhas, solicitando outro aos fiscais, caso necessário;
4. A prova deve ser respondida com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente;
5. Reserve tempo suficiente para preenchimento do cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato.
6. Não se admitirá rasuras;
7. A fiscal não dará qualquer esclarecimento sobre as questões formuladas. A compreensão destas é de responsabilidade do candidato;
8. Durante a realização da prova não será permitido qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito;
9. Será automaticamente eliminado do concurso o candidato que for encontrado, durante a realização da prova, portando telefone celular ou qualquer outro meio eletrônico de comunicação, bem como computador portátil, *tablet's* ou similares e relógio digital. O candidato deverá desliga-los antes do início da prova.
10. A prova terá duração de 03 (três) horas.
11. Os últimos dois candidatos que permanecerem na sala deverão aguardar o recolhimento da última prova para, então, deixarem juntos o local.
12. Aguarde a autorização para abrir o caderno de questões.
13. Ao final da prova devem ser entregues o caderno de questões e o cartão de respostas com o nome e a assinatura dos candidatos nos campos próprios para preenchimento e assinatura.
14. **Boa prova!**



CONCURSO PÚBLICO PARA O ENSINO SUPERIOR – FEA Nº 001/2024 14/06/2024

Prova: Direito Processual Penal

NOME: _____

ASSINATURA: _____

NOTA: _____

1) Tício foi denunciado por tráficos de drogas em concurso material com o crime de moeda falsa. O juiz realizou o todo o procedimento e a coleta de provas, inclusive interrogatório, seguindo o rito especial da lei de drogas. Uma vez condenado o acusado, você na qualidade de advogado utilizaria quais argumentos na defesa de seu cliente:

- a) Agiu corretamente o juiz, mas poderia recorrer pedindo a diminuição da pena imposta;
- b) Equivocou-se o magistrado, uma vez que deveria adotar o rito ordinário;
- c) Equivocou-se o magistrado já que o rito a ser adotado é o que possibilita maior defesa do réu, no presente caso, o da Lei de drogas;
- d) Caberia ao juiz escolher fundamentadamente o rito que melhor se adequa as peculiaridades do caso concreto;

2) Caio, denunciado por crime de homicídio culposo, ofereceu resposta à acusação na qual juntou documentos importantes que confirmavam que a vítima, na verdade, havia se suicidado. Convencido das alegações do acusado, o juiz absolveu sumariamente Caio. Com base no que dispõe o CPP e a CF sobre procedimentos criminais, assinale a opção correta.

- a) Equivocou-se o juiz, pois no presente caso trata-se de uma excludente de tipicidade que exige audiência de instrução e julgamento para que se profira sentença absolutória.
- b) Agiu corretamente o juiz, cabendo ao MP, acaso discorde, impetrar o recurso adequado.
- c) Equivocou-se o juiz, pois em todos os casos de absolvição sumária é necessária a oitiva prévia do membro do MP.
- d) Deveria abrir vista para manifestação da defesa.

3) O MP ofereceu denúncia contra Caio, imputando-lhe a prática do crime de furto. Em face de não ter sido localizado, o denunciado foi citado por meio de edital. Caio não compareceu ao interrogatório nem indicou advogado para a sua defesa. Na situação hipotética acima apresentada, ocorrerá:

- a) o arquivamento do processo até a localização do réu.
- b) a suspensão do prazo prescricional e nomeação de advogado dativo.
- c) apenas a suspensão do curso do prazo prescricional, o que possibilitará a produção de provas.
- d) a suspensão do prazo prescricional e do processo.

4) Em determinado processo, o promotor, ao oferecer denúncia, narrou um caso de estupro, mas capitulou na peça acusatória o crime de violação sexual mediante fraude. Ao final do processo, o juiz condenou o acusado na pena do estupro. Na qualidade de advogado, quais argumentos utilizaria em favor de seu cliente?

- a) não houve equívoco quanto ao julgamento pelo crime narrado na denúncia (estupro), pois agiu corretamente o juiz, contudo, caberá recurso para discutir outros pontos da sentença como mérito, ausência de provas etc.



- b) equivocou-se o juiz, pois seria caso de *mutatio libelli*, uma vez o juiz aplicou pena mais grave, violando a defesa do acusado.
- c) equivocou-se o juiz, pois embora sem necessidade de aditamento, a defesa deveria ser ouvida, já que foi aplicada pena mais grave.
- d) Ocorrerá a *mutatio libelli com* aditamento quando o juiz der ao fato definição jurídica diversa da que constar na denúncia desde que tenha de aplicar pena mais grave.

5) Assinale qual das alternativas abaixo não houve equívoco do magistrado:

- a) no processo comum, o acusado pode ser absolvido sumariamente caso haja manifesta causa excludente da ilicitude.
- b) a denúncia deve ser rejeitada em caso de manifesta causa excludente da ilicitude do fato, como, por exemplo, legítima defesa.
- c) No procedimento em que se admite resposta à acusação, o conteúdo da argumentação pode ser amplo ou reservar-se às preliminares, com apresentação de documentos e justificações, especificação de provas, indicação de testemunhas e todas as exceções na peça processual. Caso não seja apresentada resposta à acusação de réu citado, deve o juiz nomear advogado dativo ou encaminhar os autos à defensoria pública para resposta, sob pena de nulidade do processo, por ofensa ao devido processo legal.
- d) Na atual sistemática processual penal, a absolvição sumária e a rejeição da denúncia têm como finalidade a extinção, de forma antecipada, do processo: no primeiro caso, ocorre o exame do mérito da questão, obstando-se a propositura de nova ação penal acerca dos mesmos fatos; no segundo, enseja-se a declaração de desconformidade com os aspectos formais indispensáveis à propositura da ação penal e, supridas as exigências legais, poderá a ação ser intentada novamente.

6) Em um determinado processo Caio sempre que constatava que o oficial de justiça iria à sua casa, se ocultava para não ser citado. O oficial, verificando a ocultação, certificou a ocorrência e procedeu à citação com hora certa. Quais as providências que o juiz deverá adotar no processo criminal:

- a) deverá decretar a revelia e suspender o processo nos termos do artigo 366 do CPP.
- b) não existe revelia no processo penal, portanto, o não comparecimento do réu não lhe acarretará nenhum prejuízo ou consequência.
- c) deverá nomear um curador ao réu citado por hora certa e decretar sua revelia cuja consequência é não ser intimado mais dos atos processuais, salvo da sentença condenatória.
- d) deverá decretar a revelia e presumir como verdadeiros os fatos narrados na denúncia.

7) No que concerne ao regramento geral das provas no CPP.

- a) o juiz pode formar sua convicção exclusivamente baseado nos elementos informativos colhidos na investigação.
- b) são inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas.
- c) são inadmissíveis, sem exceção, as provas derivadas das ilícitas.
- d) no curso da instrução é vedado ao juiz, por sua iniciativa, determinar diligência para dirimir dúvida sobre ponto relevante.

8) Em relação às provas no processo penal é CORRETO afirmar que:

- a) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação conforme jurisprudência.
- b) O ônus da prova é da acusação, salvo se for alegada alguma excludente de ilicitude, nesse caso, cabe a defesa comprovar sua ocorrência.
- c) Os elementos informativos colhidos da investigação policial não podem fundamentar decisões concessivas de medidas cautelares.



d) O juiz não tem iniciativa probatória.

9) A respeito das provas no processo penal, assinale a resposta correta:

- a) É ilícita uma interceptação telefônica em crimes apenados com detenção.
- b) São válidas as provas derivadas das ilícitas, mesmo quando evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras.
- c) Por força do princípio da verdade real, se uma autoridade policial determinar que um indiciado forneça material biológico para a coleta de amostra para exame de DNA cujo resultado poderá constituir prova para determinar a autoria de um crime, o indiciado estará obrigado a cumprir a determinação.
- d) Não se admite a produção de provas não disciplinadas em lei, sob pena de violação do princípio da taxatividade

10) CAIO compareceu a uma audiência preliminar no juizado especial por conta de um delito de menor potencial ofensivo praticado contra uma pessoa maior e capaz. Na referida audiência, na fase de composição civil dos danos, indenizou a vítima do crime em valor extremamente elevado devido à intervenção em seu desfavor do membro do Ministério Público que atuava nas pequenas causas. Prosseguindo no procedimento, o promotor não ofereceu a proposta de transação, já que FUDENCIO era um antigo desafeto seu. O Juiz, não concordando com a postura do membro do Ministério Público, alegou que a transação penal era um direito subjetivo do réu e ofereceu ele mesmo a proposta. Com base nesses fatos responda:

- a) Não há nenhuma nulidade na audiência preliminar, pois caberia ao Ministério Público intervir na composição civil do dano;
- b) Agiu bem o juiz em oferecer a transação penal, já que o promotor não poderia se negar a oferecê-la com base em inimizade com o réu;
- c) O promotor não poderia ter atuado na composição civil, mas o juiz agiu corretamente em propor a transação penal, caso contrário o réu ficaria prejudicado;
- d) Equivocou-se o juiz em propor a transação e também o MP em participar da composição civil dos danos.

11) CAIO cometeu um delito cujo processamento se dá por meio da ação pública incondicionada. A pena mínima do delito é de 01 ano e a máxima atinge 05 anos. Percorrida toda a instância policial, os autos foram encaminhados ao Ministério Público que se negou a propor a transação penal e ofereceu denúncia contra CAIO. CAIO recorreu da decisão que recebera a denúncia, alegando que o crime por qual está sendo acusado admite suspensão do processo, logo, antes de receber a denúncia, deveria o juiz designar audiência prévia para a referida suspensão. O MP alegou, ao arrazoar o recurso impetrado por CAIO, duas teses de acusação: 1º a suspensão condicional da pena está prevista na Lei 9099/90 que somente se aplica a crimes cuja pena máxima é de 02 anos, como nesse caso a pena máxima é de 05 anos, a suspensão não pode ser aplicada. 2º Cabe somente ao MP propor a suspensão condicional do processo e o promotor já se manifestou que não tem interesse em oferecer a proposta, portanto, nada mais poderia ser feito. Diante deste caso concreto responda:

- a) Agiu correto CAIO ao postular a suspensão condicional do processo, já que a pena máxima não interfere nesse instituto;
- b) Correto o argumento do MP, já que não cabe suspensão condicional do processo em crimes de ação cuja pena máxima é superior a 02 anos;
- c) Corretos os argumentos no sentido de não aplicar a suspensão condicional do processo, pois uma vez recusada sua proposta pelo MP, nada mais pode ser feito pelo juiz;
- d) Diante da recusa do MP o próprio juiz poderia oferecer a suspensão.

12) No Brasil, se o tribunal do júri não tivesse no art. 5º, portanto, cláusula pétrea, tal instituto teria sido suprimido há muito tempo. Dentre nós, há poucos fãs do tribunal do júri e por um motivo simples: pelo fato de você ser julgado por pessoas do povo (seus pares), as decisões do



tribunal do júri são dotadas de uma carga absolutamente imprevisível. Às vezes, você está convicto de que uma pessoa será condenada tranquilamente e ela acaba absolvida. Da mesma forma, o contrário também se aplica. Às vezes é um caso claríssimo de absolvição e a pessoa pode ser condenada. Inclusive, a atuação do advogado e do promotor acaba sendo muito decisiva. Em alguns casos a lide é bem simples, mas a atuação deficiente do promotor ou do advogado pode prejudicar o desfecho natural do processo. Muitas vezes os jurados podem manifestar-se de forma contrária às provas dos autos, em outras decidem sem motivar suas convicções o que, para muitos, gera insegurança e injustiça. A assertiva acima indica:

- a) Que o legislador ordinário pode suprimir o Tribunal do Júri por emenda constitucional;
- b) Que no júri a plenitude de defesa fica prejudicada porque os argumentos de ordem emocional não podem ser considerados pelos jurados;
- c) Que a doutrina defende que plenitude de defesa possui maior amplitude que a ampla defesa, embora ambas estejam previstas no artigo 5º da CF;
- d) Que o crime de latrocínio será julgado pelo júri.

13) Encerrada a primeira fase do júri, o juiz se depara com o processo nos seguintes termos: o réu foi pronunciado por homicídio qualificado e por um crime conexo de estupro. Ao pronunciar o réu pelo homicídio, o crime de estupro:

- a) Seria desclassificado;
- b) Vai também para o júri;
- c) deveria haver impronúncia;
- d) Nenhuma das anteriores;

14) No Tribunal do Júri, em caso de estar convencido de autoria e materialidade, o juiz deve:

- a) Impronunciar o réu;
- b) Pronunciar o réu;
- c) Desclassificar o crime;
- d) Todas as alternativas estão incorretas.

15) Caso I: O réu foi denunciado e processado por homicídio. Nas alegações finais a defesa foi centrada no fato de que o acusado seria doente mental e, portanto, semi-inimputável, nos termos do art. 26 do CP, parágrafo 1º do CP. O juiz proferiu sentença de absolvição sumária com base na semi-inimputabilidade. Caso II: Na fase de alegações finais da primeira fase do tribunal do júri, o advogado do réu fez a sua defesa em poucos minutos. O juiz sumariante, discordando da postura do advogado, considerou o réu indefeso e abriu prazo para a constituição de novo advogado.

- a) No caso da absolvição sumária agiu corretamente o juiz já que a semi-imputabilidade foi a única tese de defesa;
- b) O juiz agiu corretamente ao declarar o réu indefeso, já que em poucos minutos é impossível apresentar uma defesa aceitável;
- c) O juiz equivocou-se no primeiro caso, já que cabe aos jurados decidir sobre a semi-imputabilidade e equivocou-se também no segundo, uma vez o advogado pode apresentar a defesa completa na segunda fase;
- d) Nenhuma das anteriores.

16) A respeito de ação penal, assinale a INCORRETA:

- a) Com a reforma parcial do CPP, a ação penal pública incondicionada passou a se submeter ao princípio da indivisibilidade, de forma que não é possível aditar a denúncia, após o seu recebimento, para a inclusão de corréu.



- b) Em uma ação penal privada, o querelante deixou de formular pedido de condenação nas alegações finais, limitando-se a pedir que seja feita justiça. Nesse caso, o juiz deverá considerar perempta a ação penal.
- c) Na ação penal privada, em razão da sua indivisibilidade, o querelante, desejando perdoar um dos querelados, dá a oportunidade para que todos os coautores dele se beneficiem.
- d) A perempção acontece quando o autor da ação for pessoa jurídica e esta se extinguir sem deixar sucessor.

17) Assinale a correta:

- a) A perempção fica caracterizada na ausência do autor da ação em audiência conciliatória, ainda que presente seu procurador.
- b) A perempção ocorre quando o Ministério Público deixa de promover o andamento do processo durante trinta dias seguidos
- c) A possibilidade jurídica do pedido, como condição da ação penal, é exemplificada pela doutrina com a impossibilidade de se instaurar ação penal se o fato narrado na denúncia ou queixa evidentemente não constituir crime e com a impossibilidade de imposição de pena em caso de fato que, pela inicial, não é previsto na lei como crime.
- d) Ministério Público pode, a qualquer tempo, desistir da ação penal, uma vez que é o *dominus litis* e dispõe da ação

18) Assinale a INCORRETA:

- a) Diversamente do que ocorre em relação ao processo civil, no processo penal não se admite que, em caso de morte da vítima, os familiares assumam o lugar dela, no polo ativo da ação penal privada, para efeito de apresentação de queixa.
- b) Tanto o ofendido quanto o Ministério Público, este mediante representação, têm legitimidade para a ação penal no caso de crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções;
- c) Quando a lei penal incriminadora silencia a respeito da ação penal cabível para determinada infração penal, entende-se que a ação penal é pública incondicionada;
- d) É extensível a todos os autores do crime a renúncia ao exercício do direito de queixa em relação a um deles.

19) Assinale a INCORRETA:

- a) O prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, será de 05 dias
- b) Na ação penal privada, em razão da sua indivisibilidade, o querelante, desejando perdoar um dos querelados, dá a oportunidade para que todos os coautores dele se beneficiem;
- c) O perdão para surtir efeitos, independe de aceitação da parte.
- d) Para a propositura da queixa, não basta a outorga de poderes *ad juditia* por instrumento de mandato, mas também poderes especiais para o ajuizamento, devendo constar do instrumento o nome do querelado e resumo dos fatos, quando possível.

20) Acerca das ações penais, assinale a correta:

- a) Nas ações penais privadas, considerar-se-á perempta a ação penal quando, iniciada esta, o querelante deixar de promover o andamento do processo durante 30 dias seguidos.
- b) A representação deve ser oferecida por seu representante legal, mas apenas na forma escrita, a teor do que prescreve o art. 39 do Código de Processo Penal.
- c) A representação é retratável até a citação do réu, porque este, a partir de então, passa a ter o direito de obter um pronunciamento judicial sobre a acusação.
- d) O oferecimento de representação é condição necessária ao ajuizamento da ação penal pelo Ministério Público, em nada condicionando a instauração de inquérito policial pelo Delegado de Polícia



21) Assinale a correta:

- a) Nas ações penais públicas condicionadas à representação, será esta irretratável, depois de oferecida a denúncia.
- b) A retratação da representação poderá ser realizada até o momento da sentença, não dependendo de formalidades legais.
- c) A representação será irretratável, independentemente do momento processual, quando se tratar de ação penal de natureza pública, de modo que o Ministério Público continua sendo o titular da ação.
- d) Nenhuma das anteriores.

22) Julgue o próximo item, assinalando a correta:

- a) Em uma ação penal privada, o querelante deixou de formular pedido de condenação nas alegações finais, limitando-se a pedir que seja feita justiça. Nesse caso, o juiz só poderá condenar o réu se houver pedido de condenação por parte do Ministério Público.
- b) O princípio da obrigatoriedade é mitigado em infrações de menor potencial ofensivo, uma vez que, nesses casos, há possibilidade de oferta de transação penal.
- c) Na contagem do prazo decadencial, não se inclui o dia do começo e inclui-se o dia final.
- d) Na hipótese de requerimento de arquivamento do inquérito policial pelo Ministério Público, o ofendido poderá intentar a ação penal privada subsidiária da pública

23) Assinale a correta:

- a) O princípio da obrigatoriedade da ação penal pública incondicionada impõe o dever ao membro do Ministério Público de oferecer denúncia, mas não retira deste o juízo de conveniência e oportunidade para a iniciativa penal, sendo vedada, apenas, a desistência da ação após o recebimento da denúncia.
- b) As esferas cível e penal são independentes, razão por que o prazo prescricional para o ajuizamento da ação civil *ex delicto* começa a fluir a partir do fato criminoso.
- c) Rose recebeu sentença penal condenatória transitada em julgado pela prática do crime de roubo qualificado pelo uso de arma de fogo. Nessa situação, considerando que Lina tenha sido a única vítima do delito, a correspondente ação civil *ex delicto* somente poderá ser promovida pela ofendida.
- d) Tratando-se de crimes de menor potencial ofensivo para os quais não haja previsão de pena privativa de liberdade, em hipótese alguma se imporá a prisão em flagrante ao autor da infração.

24) No que se refere a prisão e liberdade provisória, assinale a correta:

- a) A própria autoridade policial poderá conceder fiança, nos casos de infração punida com pena máxima de 04 anos.
- b) A adoção do princípio da inércia no processo penal brasileiro não permite que o juiz determine, de ofício, diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante dos autos;
- c) Na hipótese de resistência à prisão em flagrante, por parte de terceiras pessoas, diversas do réu, o executor e as pessoas que o auxiliarem não poderão usar dos meios necessários para defender-se ou para vencer a resistência;
- d) A prisão preventiva cabe em qualquer infração penal.

25) Assinale a INCORRETA:

- a) Os crimes de racismo, tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os crimes definidos como hediondos, assim como a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o estado democrático podem ser compreendidos na categoria de delitos inafiançáveis por disposição constitucional expressa.



- b) Segundo o CPP, a prisão especial consiste exclusivamente no recolhimento em local distinto da prisão comum. Não havendo estabelecimento específico para o preso especial, ele deve ser recolhido em cela distinta em estabelecimento prisional comum.
- c) Admitem a prisão preventiva os crimes dolosos e os culposos punidos com reclusão.
- d) a fiança somente será concedida aos que, no mesmo processo, não tiverem quebrado fiança anterior ou infringido as obrigações de comparecimento perante a autoridade, de não mudar de residência sem prévia permissão e de não se ausentar por mais de oito dias sem prévia comunicação;

26) Assinale a correta:

- a) No processo penal vigora o princípio tempus regit actum.
- b) O princípio da inocência está expressamente previsto na Constituição Federal de 1988 e estabelece que todas as pessoas são inocentes até que se prove o contrário, razão pela qual se admite a prisão penal do réu após a produção de prova que demonstre sua culpa.
- c) Pelo princípio da retroatividade da lei mais benigna, a norma processual penal sempre tem efeito retroativo, anulando os atos processuais anteriores, quando vir a beneficiar o réu.
- d) Para verificar a possibilidade de a infração ter sido praticada de determinado modo, a autoridade policial poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, da qual o indiciado ou suspeito não poderá se negar a participar.

27) São características das nulidades absolutas:

- a) É preciso provar o prejuízo;
- b) Não pode ser conhecida de ofício;
- c) Pode ser arguida a qualquer momento;
- d) Nenhuma das anteriores

28) Quanto ao princípio da instrumentalidade das formas, é correto:

- a) Todo ato processual tem sua forma típica cuja inobservância pode gerar uma nulidade.
- b) O ato nulo continua a produzir os seus efeitos enquanto uma decisão judicial não declarar a nulidade;
- c) A invalidação de um ato somente pode ser decretada se houver instrumento processual e momento adequados;
- d) A existência do ato processual não é um fim em si mesmo, porém, tem a função de proteger, de assegurar determinada finalidade. Portanto, se apesar do vício a finalidade foi atingida, não se deve invalidar o ato processual.

29) Assinale a correta

- a) Quanto a fungibilidade recursal, para que seja admitida, não pode decorrer de erro grosseiro e é necessário que haja boa-fé;
- b) No processo penal, o acusado não tem legitimidade autônoma e distinta da de seu advogado, por isso, na hora da sentença condenatória, ele não precisa ser intimado.
- c) No caso do Ministério Público, a lei não exige que sua intimação seja pessoal.
- d) Nenhuma das anteriores.

30) Assinale a correta;

- a) No processo penal, não cabe recurso de decisão interlocutória.
- b) Caberá recurso, no sentido estrito, da decisão, despacho ou sentença que não receber a denúncia ou a queixa;
- c) O recurso em sentido estrito não tem juízo de retratação no processo penal;
- d) O recurso em sentido estrito não possui efeito devolutivo e nem efeito regressivo.



31) Assinale a correta:

- a) Cabe a Justiça Federal julgar um crime de roubo praticado em detrimento da Caixa Econômica Federal
- b) Os crimes praticados contra o Banco do Brasil serão julgados na Justiça Federal;
- c) Crimes ambientais praticados contra o IBAMA serão julgados na Justiça Estadual
- d) Nenhuma das anteriores.

32) Assinale a correta:

- a) Capacidade subjetiva (ou imparcialidade): decorre do Sistema Inquisitivo que distingue o órgão acusador do órgão julgador, desvinculado dos interesses dos litigantes, propiciando condições de não tomar partido sobre as questões que lhe são submetidas;
- b) órgão jurisdicional (Juiz) é a autoridade estatal investida de Jurisdição (competência para “dizer o direito”), incumbindo-lhe a solução pacífica da lide penal, por meio da substituição da vontade das partes;
- c) “Ao juiz incumbirá prover à regularidade do processo e manter a ordem no curso dos respectivos atos, contudo, não poderá, para tal fim, requisitar a força pública”
- d) Poderes instrutórios são os poderes relacionados (ou decorrentes do) ao princípio do Impulso Oficial (art. 251 CPP) como, por exemplo, a determinação de citação do acusado para que apresente a resposta escrita.

33) Ao instituir o Ministério Público, a Constituição Federal de 1988 possibilitou, definitivamente, o abandono da concepção privatista da ação penal, o que é fundamental quando se busca a mudança de um modelo de características inquisitivas para um modelo de estruturação acusatória (ne procedat iudex ex officio), possibilitando que o Estado, sem perder a neutralidade, pudesse assumir a titularidade da ação penal. Assim é que, apesar de ser parte principal no processo penal, a atuação do MP se reveste de imparcialidade, devendo como órgão estatal, buscar a justa aplicação da lei. Em decorrência disso é que o MP, apesar de ser o órgão acusador pode, exceto:

- a) Opinar pela absolvição do réu (art. 385 CPP)
- b) Recorrer em prol do acusado;
- c) Impetrar habeas corpus em prol do acusado;
- d) Assumir a titularidade da ação penal privada em caso de inércia do querelante.

34) A respeito do inquérito policial assinale a correta:

- a) É processo administrativo e, se é um processo administrativo, os vícios porventura ocorrentes afetarão a ação penal a que deu origem.
- b) Em regra, o inquérito é o instrumental, ou seja, é utilizado pelo Estado para colher elementos de informação quanto à autoria e materialidade do crime;
- c) “O advogado tem acesso às informações já introduzidas no inquérito, inclusive em relação às diligências em andamento.
- d) Nele há contraditório e ampla defesa.

35) Segundo o art. 3º da Lei nº 12.037/09, embora apresentado documento de identificação, poderá ocorrer identificação criminal quando:

- a) O documento apresentar rasura ou tiver indício de falsificação;
- b) O documento apresentado for insuficiente para identificar cabalmente o indiciado: é o que acontece, por exemplo, com documentos públicos que não são dotados de fotografia, como a certidão de nascimento;
- c) O indicado portar documentos de identidade distintos, com informações conflitantes entre si;
- d) Todas as anteriores.



36) Quanto ao arquivamento do inquérito policial responda:

- a) Ocorrerá em casos de atipicidade formal ou material da conduta.
- b) Ocorrerá em casos manifestos de excludente de ilicitude – legítima defesa, estado de necessidade.
- c) Ocorrerá em casos manifestos de excludente da culpabilidade.
- d) Todas as alternativas.

37) O periculum libertatis vai se manifestar no processo a partir de algumas possibilidades, qual delas não tem respaldo legal para a decretação da preventiva:

- a) Garantia da ordem pública;
- b) Periculosidade em abstrato do crime;
- c) Garantia de aplicação da lei penal
- d) Conveniência da instrução criminal:

38) Haverá Cassação da fiança quando:

- a) Percebeu-se que houve um equívoco e que a fiança não era cabível naquele caso (art. 338). Exemplo: concedida fiança para réu acusado de tráfico de drogas.
- b) Deliberadamente praticar ato de obstrução ao andamento do processo;
- c) Descumprir medida cautelar imposta cumulativamente com a fiança;
- d) Resistir injustificadamente a ordem judicial.

39) No Direito Processual Penal, tem direito à prisão em sala de estado-maior, exceto:

- a) Membros do MP e Advogados;
- b) Delegados de polícia;
- c) Juízes;
- d) Jornalistas.

40) Assinale a correta:

- a) Não há crime, quando a preparação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação;
- b) É possível a prisão em flagrante em crimes habituais. Essa é a posição majoritária na doutrina e na jurisprudência;
- c) Quanto à prisão em flagrante, todas as formalidades legais devem ser observadas quando de sua lavratura, seja no tocante à efetivação dos direitos constitucionais do preso em flagrante, seja em relação à documentação que deve ser feita, sob pena de a prisão ser considerada ilegal, do que deriva seu relaxamento. Tal ilegalidade contamina o processo, já que os vícios constantes do inquérito policial têm não tem o condão de macular a ação penal a que der origem;
- d) Nenhuma das anteriores.

41) Assinale a incorreta:

- a) Caso o preso seja estrangeiro e não compreenda o idioma nacional, é imprescindível a nomeação de um intérprete, nos termos do art. 193, c/ artigos 275 a 281 do CPP;
- b) Tendo em conta que o inquérito policial possui natureza inquisitorial, não se faz necessária a presença de advogado quando de sua realização;
- c) A nota de culpa será entregue ao preso dentre de 48 horas depois da prisão, subentende-se que esse é o prazo máximo de que dispõe a autoridade para formalizá-lo.
- d) Ocorre que, como a infração é punida com pena máxima não superior a 04 anos, ao invés de recolher o conduzido à prisão (quarto e último ato da fase administrativa da prisão em flagrante), a autoridade policial deve conceder-lhe liberdade provisória com fiança, a colocação do preso em liberdade nesse caso é automática, ou seja, não passa a depender de autorização judicial.



42) Na audiência de custódia o preso será indagado pelo magistrado e na sequência pelo Ministério Público e defesa acerca de questões pessoais e as circunstâncias da prisão (art. 8º da Resolução nº 213/2015 do CNJ), vedando-se as perguntas referentes à responsabilidade penal do detido (art. 8º, VIII e §1º, da mencionada resolução). Encerrada a referida audiência, após a manifestação do Ministério Público e da defesa (advogado constituído ou, na sua falta, a Defensoria Pública ou defensor “ad hoc”), deverá o magistrado (art. 310, do CPP):

- a) Relaxar a prisão em flagrante ilegal (no caso de inobservância dos requisitos materiais ou formais da prisão em flagrante delito);
- b) Homologar a prisão em flagrante e conceder liberdade provisória ou medidas cautelares diversas da prisão (art. 319 do CPP);
- c) Homologar a prisão em flagrante e convertê-la em prisão preventiva quando presentes os pressupostos e requisitos desta (art. 312 do CPP);
- d) Todas as anteriores.

43) Nos termos do Código de Processo Penal, será admitida a decretação da prisão preventiva:

- a) nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 04 (quatro) anos;
- b) se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência;
- c) também será admitida a prisão preventiva quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la, devendo o preso ser colocado imediatamente em liberdade após a identificação, salvo se outra hipótese recomendar a manutenção da medida;
- d) Todas as anteriores.

44) São hipóteses de competência absoluta no processo penal, exceto:

- a) A competência em razão da matéria.
- b) A competência racione personae.
- c) A competência racione loci.
- d) A competência funcional.

45) Aos juízes federais compete processar e julgar:

- a) Os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União e os delitos contra a economia popular;
- b) Das entidades autárquicas ou empresas públicas federais e sociedades de economia mista,
- c) As contravenções penais, inclusive as da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral;
- d) Os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente.

46) Ocorrerá a continência quando:

- a) Duas ou mais infrações cometidas por várias pessoas ao mesmo tempo quando ocasionalmente reunidas.
- b) Duas ou mais infrações cometidas por várias pessoas em concurso em tempo e local diversos.
- c) Duas ou mais infrações cometidas por várias pessoas, uma contra as outras.
- d) Duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.

47) É considerada uma exceção dilatória:

- a) Exceção de suspeição;
- b) Exceção de litispendência;
- c) Exceção de coisa julgada;



d) Exceção de ilegitimidade de parte.

48) A denúncia ou queixa será rejeitada quando:

- a) For manifestamente inepta
- b) Faltar pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal;
- c) Faltar justa causa para o exercício da ação penal.
- d) Todas as anteriores.

49) Assinale a incorreta:

- a) É nula a citação por edital de réu preso na mesma unidade da federação em que o juiz exerce a sua jurisdição
- b) No processo penal, a falta da defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu.
- c) É desnecessária a resposta preliminar de que trata o artigo 514 do Código de Processo Penal (crimes praticados por funcionários públicos), na ação penal instruída por inquérito policial;
- d) Não é nulo o julgamento ulterior pelo júri com a participação de jurado que funcionou em julgamento anterior do mesmo processo

50) Caberá o uso do mandado de segurança nas seguintes situações, salvo:

- a) Indeferimento de habilitação do assistente de acusação;
- b) Indeferimento de restituição de coisa apreendida, documentos ou dinheiro;
- c) Vista dos autos fora de cartório por advogado;
- d) Todas as anteriores estão corretas.